

A ECONOMIA ATUAL E O MARXISMO: PONTOS DE UMA AGENDA PARA REPENSAR AS CATEGORIAS MARXISTAS

Silvia Possas*

Marx, em sua obra, previu como as contradições do capitalismo levariam ao seu fim, provavelmente com a tomada do poder e dos meios de produção pela classe trabalhadora. A única alternativa seria a barbárie. No entanto, hoje a economia passa por grandes transformações, que permitem vislumbrar uma disjuntiva distinta¹. Talvez ela desemboque em barbárie, mas se isso ocorrer será por razões e caminhos não exatamente previsíveis pela teoria marxista. Nisso não vai nenhuma crítica ao grande gênio. Afinal, passou-se mais de um século de sua morte e ele se pretendia um cientista, não um futurólogo. Mas, se quisermos resgatar sua contribuição, parece-me crucial repensarmos as categorias criadas por esse grande autor à luz das transformações sofridas pelas relações sociais de produção, procurando entender que fenômenos não foram previstos, porque não o foram e em que medida o seu surgimento implica o abandono de algumas categorias utilizadas pelo autor. Continuar preso eternamente às categorias criadas por Marx para a análise de um momento histórico seria uma atitude religiosa, em nada compatível com a visão daquele autor, tão referenciada na história.²

Seria preciso então arrolar e examinar as transformações ocorridas, quais delas não foram previstas e por que não o foram. Ou seja, é claro que é de se esperar que simplesmente tenham ocorrido mudanças radicais não antecipáveis, mas também algumas previsões podem ter falhado por problemas na teoria marxiana. Muitas das possíveis falhas de previsão marxista já foram exaustivamente debatidas, como as questões debatidas nas infundáveis polêmicas acerca da lei de tendência, da transformação do valor em preços de produção, da lei geral da acumulação capitalista. Não é meu objetivo entrar nesses debates.

Longe de mim, ademais, a pretensão de conseguir arrolar e analisar todos os outros possíveis pontos obscuros da teoria marxista ou esgotar a lista das transformações ocorridas na economia que merecem ser examinadas na perspectiva aqui proposta. O meu objetivo é bem mais modesto: em primeiro lugar é o de lançar ao debate a necessidade de se criar uma agenda de rediscussão do marxismo à luz da economia contemporânea; em segundo lugar, é o de chamar a atenção para alguns aspectos, que têm particular importância para a compreensão das relações sociais de produção hoje vigentes.

Uma questão importante, por exemplo, diz respeito às modificações nas formas de acesso ao capital e seu controle. Na época de Marx o capital era, em geral, controlado por seus proprietários. Por diversas vezes ele se refere ao papel fundamental que a propriedade (ou sua ausência) dos meios de produção tinha para a compreensão das relações sociais vigentes. Hoje, a situação é completamente diferente. Embora possivelmente a maioria das empresas ainda seja dirigida por seus proprietários, as grandes empresas, que controlam a maior parte da economia global são controladas por admi-

* Professora do Instituto de Economia da UNICAMP.

¹ Diversos autores marxistas, como FAUSTO (1989) e GIANNOTTI (1990) já se referem à sociedade contemporânea, como pós-grande indústria, mostrando que ela apresenta características distintas em relação ao capitalismo analisado por Marx, especialmente no que tange à relação capital-trabalho.

² Não estou com isso querendo menosprezar os que permanecem usando as categorias marxistas. É claro que se acreditam que as transformações ocorridas no capitalismo não são suficientemente radicais, não têm por que abandoná-las.

nistradores profissionais, que são também os que se apropriam das maiores fatias individuais dos rendimentos por elas distribuídos. Ou seja, a apropriação de riqueza se dá menos pela propriedade e mais por outras formas de acesso e controle do capital. Esta questão já vem sendo levantada desde os anos 30, mas nunca se colocou com tanta força, no sentido de que as grandes massa de riqueza, que estão presentes nas multinacionais e nos fundos de pensão fazem as fortunas pessoais corar de vergonha. Há, portanto, uma separação entre propriedade do capital e controle. Isso confunde inclusive a posição dos trabalhadores, que sempre detém cotas dessa riqueza.³ Além disso, as próprias formas de controle do capital se modificam, com a proliferação de alianças entre firmas e outras organizações. (Chesnais, 1994 ; Vunning, 1997). Não pretendo me estender sobre tais temas. Apenas sugiro que os marxistas devem voltar aprofundar a discussão acerca do que isso significa em termos das relações sociais de produção.

Depois de tão longa introdução chego ao assunto que realmente gostaria de aprofundar e que constitui o objeto desta reflexão: o da modificação nas formas principais pelas quais a riqueza se amplia e como isso é percebido pelos agentes sociais, sendo alterado o estatuto do trabalho. Para melhor compreendê-lo, é preciso verificar que a teoria do valor marxiana apresenta certos problemas, até aqui pouco reconhecidos: o primeiro refere-se ao fato de que o motor do capitalismo, a busca de ampliação da riqueza adiantada enquanto capital não é exatamente a mesma coisa que valorização do valor. Essa busca é efetuada no plano das aparências, por agentes que estão nele imersos e com as determinações próprias desse plano. Por isso, nem sempre, ampliar a riqueza, tal como percebida nesse plano, significa de fato valorizar o valor.

Problemas da teoria do valor

A teoria do valor de Marx têm várias dimensões, todas interdependentes. Numa explica a forma que o trabalho toma na sociedade capitalista (Coletti, 1970). Noutra trata da determinação quantitativa das relações de troca e explica a exploração na sociedade capitalista em termos da mais-valia. Uma terceira dimensão se reporta ao fato de que o valor "liberta" as mercadorias de suas determinações particulares, tornando-as riqueza em geral, objeto de ambição ilimitada. A transformação dos valores em preços de produção coloca uma cunha entre as primeiras e a última dimensão citadas. Antes de explicar esse ponto, retomemos um pouco o significado dessa última dimensão, melhor desenvolvido nos *Grundrisse* (Marx, 1953) e bem menos explorado na literatura marxista do que o das demais.

O conceito de valor marxiano reporta-se a uma dimensão que o fato de ser mercadoria acrescenta aos produtos do trabalho, o de ser riqueza em geral. Eles não são produzidos pelo seu valor de uso, pelas suas características concretas, mas pelo fato de, ao serem vendidos, abrirem o acesso ao mundo das mercadorias. Para o seu produtor, importam por lhe permitir almejar uma parcela de riqueza abstrata. Aí está a contradição entre valor e valor de uso, pois, ao mesmo tempo, cada mercadoria só pode ser valor se apresentar um valor de uso concreto para alguém, que em função dele esteja disposto a comprá-la. Ela só pode representar riqueza em geral por ser uma forma particular de riqueza. Por outro lado, só é riqueza em abstrato na medida em que não for usufruída como riqueza concreta. Esse último ponto vale especialmente para o dinheiro em sua terceira função - a de dinheiro enquanto tal, forma adequada da riqueza em geral.

³ E às vezes até fazem confusão acerca desses papéis. Um exemplo que gosto de citar é o do ex-presidente da CUT, Jair Meneguelli, que, por ocasião do plano Bresser, colocou esta organização dos trabalhadores a reivindicar, entre outras coisas, melhor remuneração para as cadernetas de poupança, sem se dar conta que elas são capital e que sua remuneração se relaciona inevitavelmente à das outras formas de capital.

A contradição entre valor de uso e valor se desdobra em inúmeras outras nos primeiros capítulos d' *O Capital*: entre trabalho concreto e abstrato, entre dinheiro e mercadoria, sempre modos diferentes de se manifestar a contradição entre particularidade (da riqueza, do trabalho) e generalidade (Marx, 1867, Cap. 1-3, especialmente).

Pois bem, as sociedades mercantis, ao operarem essa "abstração" da riqueza e do trabalho, permitiram que o desejo de riqueza se tornasse infinito. Há um limite para o que se pode desejar das diferentes formas particulares de riqueza. Mas o desejo por riqueza em geral, que encontra sua expressão no dinheiro, não admite fronteiras. "O dinheiro, ou o valor de troca que alcançou a autonomia, é, pela sua qualidade, o modo de existência da riqueza abstrata, mas por outro lado, qualquer soma determinada de dinheiro é uma grandeza de valor quantitativamente limitada. O limite quantitativo do valor de troca contradiz a sua generalidade qualitativa." (Marx, 1859, p. 133) O capital, o valor que busca eternamente sua ampliação, resolve e repõe essa contradição.

Para Marx, como se sabe, a valorização do capital se dá através da exploração do trabalhador assalariado, ou seja da expropriação de tempo de trabalho excedente. O trabalhador só recebe o necessário à reprodução da sua força de trabalho, porém trabalha por muito mais tempo. É o que chama de mais-valia, que aparece sob diversas formas fenomênicas possíveis (renda, lucro, juros). A passagem lógica a essas formas acrescenta novas determinações ao processo de valorização do capital, oriundas do âmbito das aparências em que vivem. Elas decorrem do fato de que o capitalista tem uma percepção de valor e de riqueza compatível com esse mundo (das aparências) que é o que percebe. Daí surgem dois desdobramentos. O primeiro, trabalhado nas primeiras seções do livro III d' *O Capital*, é o de que o capitalista não está preocupado em receber de acordo com o trabalho que emprega, mas com o capital aplicado. (MARX, 1894, Cap. 1-12). Faz-se necessário estabelecer uma norma de troca adequada a uma sociedade em que o capital domina os meios de produção, o que é tratado na polêmica questão da transformação do lucro em lucro médio e do valor em preços. O segundo, negligenciado na literatura e na própria obra de Marx, é o de que o poder de compra, a riqueza em forma geral, que é o objeto da cobiça do capitalista, não possui uma medida absoluta e, muito menos, está ligado ao desejo de possuir algo que se expresse em termos de horas de trabalho socialmente necessárias, por mais mediações que se coloque aí.

Expliquemos melhor essa idéia. A questão do que é o valor em termos absolutos já atormentava os clássicos, que não conseguiram lhe dar uma solução satisfatória. Marx fornece-lhe uma resposta: o trabalho socialmente necessário, ou melhor, a sua duração, este é o fundamento do valor em termos absolutos. Ocorre que se essa resposta serve a outros aspectos de sua teoria, não é adequada para tratar do que é o objeto do desejo capitalista em termos absolutos, do ponto de vista da compreensão dos agentes econômicos desta economia. Não corresponde àquilo que eles buscam quando acumulam capital. O que eles querem é poder de compra geral e este não está diretamente associado ao trabalho - seja incorporado, seja comandado, seja socialmente necessário - simplesmente porque as trocas concretas não se dão em função desses coeficientes de trabalho. A medida do valor socialmente aceita é o dinheiro. É em unidades monetárias que capitalistas, trabalhadores e todos os que vivem numa economia capitalista avaliam sua riqueza e a expansão desta. Só que o dinheiro é apenas uma entre outras formas de riqueza e o valor de uma unidade monetária expressa apenas uma relação com as mercadorias e não uma quantidade de trabalho fixa⁴, nem mesmo uma relação mediatizada, mas reconhecível claramente com quantidades de trabalho. O que quero dizer pode ser melhor expresso através de uma ilustração: se a produtividade do

⁴ A contradição entre a pretensão à generalidade e as características particulares do dinheiro está desenvolvida em MARX (1867), cap. 3, MARX (1859) e MARX (1953). Também em outros diversos autores, como ROSDOLSKI (1968) e BRUNNHOF (1976), por exemplo.

trabalho dobrar em todos os setores, mas não houver inflação, uma dada soma de dinheiro, digamos 20 reais vai parecer ao seu detentor que manteve o seu valor, quando, em termos marxistas, este caiu à metade, isto é, os mesmos 20 reais só compram a metade do trabalho que compravam anteriormente. Se ele, a partir dos 20 reais na primeira situação, obtiver 40 na segunda, vai entender que teve um lucro de 100%, mesmo que o valor possuído, medido em termos de trabalho socialmente necessário, não tenha se ampliado. Isso significa que a busca de maior valor por parte do capital não é propriamente a busca por dominar maior quantidade de trabalho, mas por expandir o poder de compra, tal como percebido pelos que buscam ampliar sua riqueza.

Retomemos um pouco a questão da transformação do valor em preços de produção. Trata-se de uma polêmica infundável, onde dificilmente alguém conseguirá convencer a maioria dos leitores de Marx de que sua própria posição é a mais correta. Ela tem origem no fato de que Marx chegou à determinação quantitativa dos preços de produção, isto é uma norma de troca idealmente adequada ao capitalismo, através de um simples artifício algébrico, ao qual muitos negam validade. Sua *démarche* consiste em redistribuir a mais-valia entre os diversos setores produtivos de modo proporcional ao capital neles empregado, estabelecendo um lucro médio. Ocorre que o capital vem medido em valores, mas se estamos falando de uma norma de troca adequada ao capitalismo, os elementos do capital deveriam estar adquiridos segundo ela. Creio que qualquer explicação ulterior já me levaria a entrar na polêmica, o que prefiro evitar. De qualquer modo, esse ponto é entendido por muitos, marxistas ou não, como sendo um problema para a teoria de Marx. Dependendo de como é tratado pode levar à extinção do próprio conceito de mais-valia.

Seja como for, a questão é que a passagem a uma norma de troca adequada ao capitalismo leva a que o poder de compra gerado pela mercadoria deixe de ter uma relação imediata com o trabalho socialmente necessário à sua produção. E, principalmente deixe de ser percebida, na prática, qualquer relação entre as duas grandezas. Assim a exploração do trabalho só servirá para a apropriação do poder de compra, na visão dos agentes econômicos, através de algumas mediações.

O debate sobre o problema da transformação teve inúmeras contribuições, apresentando os mais diversos pontos de vista. Mas não conheço nenhuma que dê muita atenção à questão de que, não sendo mais percebido como fonte de valor, o trabalho não pode ser considerado como um substrato absoluto do valor, na sua dimensão de poder de compra, de objeto do desejo e cobiça do capital. O preço de produção, ou seja a introdução de uma mediação entre valor e norma de troca, torna a riqueza irremediavelmente relativa. E isso tem consequências para pensarmos o processo de acumulação de capital.

Não se deve estranhar o fato da questão aqui proposta se situar no plano das aparências, pois é mesmo ali que se coloca. A percepção dos agentes se dá necessariamente a partir de como vêem e sentem os fenômenos e a busca de ampliação da riqueza abstrata, tal como percebida por seus agentes, está na raiz de muitas das determinações do capital. Se assim não o fosse, Marx não teria escrito o livro III do capital. O que é o lucro, senão a mais-valia, examinada a partir da percepção dos agentes econômicos capitalistas?

Essas incongruências da teoria do valor podem parecer algo extremamente destruidor da teoria e interpretação marxistas acerca do capitalismo. No entanto o próprio Marx já antecipava que o desenvolvimento acentuado das forças produtivas diminuiria a importância do trabalho enquanto criador de riqueza efetiva. Vejamos um trecho dos *Grundrisse* citados em FAUSTO (1989, p. 50):

“(...)Mas à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da *riqueza efetiva* se torna menos dependente *do tempo de trabalho e do quantum de trabalho utilizado*, do que da força dos agentes (*Agentien*, agentes materiais, R.F.) que são postos em movimento *durante o tempo de trabalho*(...)”.

Não vou discutir como essa questão pode ser até certo ponto contornada. Mesmo para o próprio Marx, assumir que o valor não é a norma de troca adequada ao

capitalismo gera problemas. Fica difícil explicar por que o capitalista procuraria intensificar a obtenção de mais-valia absoluta e relativa. Marx procurou resolver esse problema, a meu ver, com o conceito de superlucro, a forma que toma a mais-valia extraordinária, isto é, o ganho decorrente do fato de que a produção em condições melhores que as socialmente necessárias permite uma apropriação de riqueza em geral além do valor correspondente ao trabalho efetivamente realizado. O capitalista percebe que pode obter esse tipo de ganho alcançando produtividade superior à média. E a obtenção de mais-valia absoluta e relativa pode se dar a partir da busca de superlucros. (Marx, 1894, Cap. 10) Não vou me estender sobre essa questão, amplamente discutida em todo o vasto debate sobre a transformação do lucro em lucro médio. Porém a idéia de superlucro e a de que a sua busca é um aspecto central do plano das aparências poderia explicar também como a teoria marxista manteve grande parte de seu poder explicativo, apesar das incongruências aqui identificadas. Porque preserva a exploração do trabalho como uma forma percebida pelo capitalista de se apropriar de maior poder de compra.

Para Marx, essa perda de importância do trabalho vivo representaria uma contradição central do capitalismo - é o capital negando a sua fonte de valorização, o trabalho. Entretanto, se o que o capital busca de fato não é a sua valorização, mas apenas a ampliação de seu poder de compra, as consequências podem ser bem outras. É claro que a situação permanece contraditória. Como é possível definir-se a ampliação de poder de compra, se este não tiver um fundamento em termos absolutos, ou seja, se é medido apenas em termos relativos. Mas essa contradição não leva necessariamente ao solapamento das bases do capital.

Por outro lado, se o superlucro é uma mediação importante entre a busca de riqueza e a ampliação do valor, seu papel foi se modificando com o desenrolar da história. Ao longo do capitalismo, foi perdendo a capacidade de funcionar como essa mediação entre o plano da concorrência e o da atividade humana. O trabalho necessário tornou-se tão pequeno frente à mais-valia, que o acréscimo de riqueza principal já não tem a ver com maior exploração, mas com aumento da produtividade. Assim, embora possivelmente tenha diminuído a quantidade de trabalho per capita nos países desenvolvidos, desde a época de Marx, todos percebem esses países como tendo enriquecido enormemente nesse mesmo período, e não como produtores de menor valor.

Além disso, as maneiras pelas quais se procura obter superlucro também se modificaram. Ainda que a ciência e sua incorporação venham há muito sendo importantes para se alcançá-lo, seu papel mudou. Até certo tempo atrás, no fordismo, isso se dava em grande medida na busca de economias de escala e escopo, na padronização de produtos e atividades. No período atual esse processo se volta para vantagens cada vez mais dependentes de elementos imateriais como conhecimento tácito (eão apenas tecnológico, mas também organizacional), confiança, imagem. Não se trata simplesmente de incorporar a ciência aos agentes materiais da produção, mas de utilizar cada vez mais aspectos subjetivos e formas não incorporadas de conhecimento, formas presentes apenas nas pessoas (trabalhadores?), o que NELSON e ROMER (1996) chamaram de *wetware*, e nos aspectos organizacionais das firmas⁵. Vejamos a seguir o significado disso.

O superlucro e as transformações atuais do capitalismo

O superlucro e sua busca tornou-se o ponto central do processo de concorrência. Se no século passado o nível de avanço das forças produtivas era tal, que a economia de trabalho ou a intensificação do seu uso poderiam gerar superlucros de modo significativo, esse tipo de atitude foi se tornando uma forma entre outras de criar dife-

⁵ Diversos autores enfatizam a importância enquanto fonte de vantagens competitivas do conhecimento tácito que se estabelece no nível da firma e não apenas dos trabalhadores individuais. Por exemplo, TEECE e PISANO (1994).

renças entre os concorrentes, de modo a gerar ganhos. Houve um aumento da percepção de que o que importa é produzir de modo diferente (e melhor que o) dos rivais. Essa diferença pode estar nos custos mais baixos ou na qualidade. Uma maior qualidade também permite a geração de superlucros, coisa a que Marx não deu muita atenção.

Essa importância da qualidade e da diferença que os produtores apresentam a esse respeito também recoloca os temas trabalhados nos primeiros capítulos d'*O Capital*. A ênfase neste ponto, também é uma ênfase na diferença entre as mercadorias, em seu valor de uso e entre os trabalhos concretos que as geraram. Embora para os controladores da produção, o trabalho ainda seja apenas uma maneira de ganhar acesso a poder de compra geral, a forma desse trabalho deixa de ser assim tão indiferente. Muitas vezes pode estar em alguma de suas características particulares, a sua capacidade de dar esse acesso. Essas transformações colocam em cheque o conceito de trabalho abstrato. Isto porque este perderia o sentido se fosse visto como uma construção apenas teórica, que reduz os diversos tipos de trabalho humano a seu conteúdo comum. Ele tem também uma dimensão histórica e corresponde a uma economia, cuja lógica se apóia na busca de riqueza em geral e na abstração das formas concretas que esta toma e em que é produzida. Como afirma Giannotti (1990, p. 53), o modelo de Marx se baseia "entre outros, no pressuposto do trabalho homogêneo". Mas a obtenção do superlucro e, principalmente a possibilidade de sua preservação, pela não difusão das condições particulares que o geram deslegitimam aquele pressuposto. E "a troca mercantil, que tinha como pressuposto a prática homogeneizadora do trabalho, funciona agora em referência à prática monopolizadora de saberes." (Giannotti, 1990, p.57)

A heterogeneidade dos trabalhos não pode ser apreendida através da diferença entre trabalho simples e complexo, proposta por Marx. A questão é que se a parte mais substancial do trabalho se torna complexo e mais, se trabalhos do mesmo tipo (isto é de vários analistas de sistemas, por exemplo) são complexos em magnitudes muito diferentes, o conceito de trabalho abstrato passa a perder o sentido. Ao contrário de homogeneizar os trabalhos, a concorrência baseada na diferença tende a exarcebar a sua heterogeneidade.

A questão não é a tratada por Fausto (1987, p. 230-234), no que tange ao trabalho do gerente. Com qualificações, se aproxima da comentada por Haddad (1996), referente à relação do trabalho científico com o capital e com o trabalho assalariado. Este autor diz que "o 'trabalho' portador do conhecimento não é mais trabalho simples potenciado. Se na grande indústria a redução do trabalho qualificado a trabalho simples já era complexa, ainda que se estabelecesse que a lei do valor antes exigia esta redução que a pressupunha, na superindústria, esta redução, dada a negação progressiva do trabalho como fundamento da riqueza está excluída." (Haddad, 1996, p. 41) O trabalho simples potenciado ainda pode até existir, considera o autor, por exemplo, no que tange aos trabalhadores toyotistas, mas não no caso dos trabalhadores científicos, que, a rigor, sequer são trabalhadores, mas exercem uma "atividade"⁶. Prossegue, identificando as seguintes características para tal atividade. 1) não está relacionada à duração, não há jornada de trabalho, a rigor. "Se o trabalhador simples, regra geral, vende ao capital sua força física e o trabalhador qualificado, sua força mental, os agentes inovadores vendem sua força anímica". (Haddad, 1995, p. 42) 2) O seu processo de reprodução já não é anônimo. 3) O seu rendimento não é exatamente salário, mas uma renda, remune-

⁶ Pergunto-me se é conveniente estabelecer essa distinção. A idéia de trabalho, enquanto o modo como os homens provêem a sua reprodução é fundamental, para Marx, na definição das relações sociais de produção. Ora, isso o que é chamado aqui de atividade não é exatamente a forma pela qual os que a exercem procuram prover a sua própria reprodução, bem como não é também através dela que a própria sociedade se reproduz? Claro que não é exatamente trabalho assalariado, mas parece-me que é trabalho.

ração da diferença. 4) Não produz valor, mas riqueza. Adiante o autor reconhece que o superlucro “torna-se um ‘fluxo ordinário’ e isso, graças à ação de pessoas contratadas diretamente pelo capital para essa função.” Haddad termina sua caracterização dessa categoria propondo que “a relação entre agentes inovadores e capitalistas não envolve a noção de exploração (tanto quanto a relação entre capitalistas e proprietários fundiários) - a renda do saber é extraída do fluxo de lucro extraordinário proveniente das inovações tecnológicas.” (Haddad, 1996, p. 45) De uma maneira geral a abordagem aqui é perfeitamente compatível com as considerações de Haddad, mas elas não são aplicáveis apenas ao trabalho científico, mas a toda a atividade inovadora, em sentido amplo, o que abrange não apenas o aspecto de mudança tecnológica, mas também organizacional, de criação de novos produtos, novos serviços, identificação e resolução de problemas, etc. e que envolve outros tipos de conhecimentos e capacitações, muito além do científico. Por exemplo, a criação estética dos formuladores de *design*, as criações organizacionais de diversos tipos de engenheiros, consultores, etc⁷. Um aspecto adicional é o de que parece haver uma tendência no sentido de se privilegiar as diferenças entre os trabalhos concretos, não apenas em termos das funções diferentes de categorias distintas de trabalhadores, mas das diferentes potencialidades dos trabalhadores individualmente.

O significado desses pontos todos é que o trabalho com qualificações especiais pode ser uma, entre outras, das fontes de diferença e superlucro. Nesse caso, ao capital não necessariamente interessa apenas intensificar sua exploração, se é que cabe o termo. Para tirar melhor proveito de sua potencialidade, pode ser mais vantajoso deixar mais amplo espaço para a criatividade dessas profissionais. Provavelmente será mais profícuo torná-los aliados, de modo a não perder a oportunidade de usar seus préstimos. Isso abre espaço para um outro tipo de relação entre capital e “trabalho”, que é acessível a quem pode exercer atividade criativa percebida como de alta qualidade. É preciso mencionar aqui que essa última não depende apenas de diferenças de inteligência ou habilidade inatas, mas também, e talvez principalmente, de diferenças nos conhecimentos adquiridos, muitas vezes no próprio curso do processo de trabalho, bem como nas relações estabelecidas com o tempo. Conhecimento da tecnologia, das rotinas, da organização, dos mercados, dos fornecedores, dos clientes, confiança estabelecida, etc.

Isso coloca mais um problema para a noção de trabalho abstrato. Em Marx, esta última também está relacionada ao fato de que, para o trabalhador, bem como para o seu patrão, é indiferente o trabalho concreto que está sendo exercido. O trabalho deve ser concreto e produzir valores de uso para que esses possam ser trocados e que seu detentor possa se apropriar de valor. Ou seja, o trabalho concreto é quase que apenas um suporte necessário do trabalho abstrato. Mas na medida em que os aspectos concretos do trabalho ganham importância para a sua capacidade de gerar poder de compra, a relação subjetiva do trabalhador com a sua atividade torna-se também relevante. Aquilo que faz deixa de ser indiferente. Um cientista, um *designer*, um criador precisam estar profundamente ligados subjetivamente ao que, com quem e para que fazem se o que se quer é que seus desempenhos sejam de qualidade superior e capaz de gerar superlucros. Mesmo em atividades não tão criativas, presentes no cotidiano das empresas, a questão da motivação parece vir ganhando importância.

⁷ Na verdade envolve as capacitações de toda a gama de profissionais que REICH (1991) chama de analistas simbólicos: jornalistas, professores universitários, médicos, psicólogos, advogados, engenheiros, arquitetos, produtores artísticos, escritores, relações públicas. A estes devem se acrescentar os profissionais, como artistas, esportistas, etc., cuja atividade é, pela própria natureza, única. Segundo Reich, cerca de 20% das ocupações nos EUA, são de analistas simbólicos.

Por outro lado, a relação entre os agentes inovadores e seus meios de produção é variada. Em muitos casos, como no trabalho científico, os meios de produção da atividade criativa são dispendiosos e implicam que ela deve ser exercida em grupo. Em outros casos, há mais possibilidades do profissional atuar como um *free-lancer*. De qualquer modo, não se pode dizer que esse tipo de "trabalho" esteja subsumido realmente no capital, pois a habilidade específica e a capacidade criativa do trabalhador são fundamentais para a sua execução⁸. Há, então, um certo grau de autonomia desse profissional, que pode variar de acordo com o seu sucesso em caracterizar a si mesmo e à sua atividade como sendo de qualidade particularmente boa.

Em termos da geração e apropriação de poder de compra, no modelo marxiano da economia capitalista, o proletário só consegue a remuneração equivalente ao valor de sua força de trabalho e o capital se apropria de riqueza através da expropriação de tempo de trabalho, e portanto, do assalariamento da mão de obra. O que se passa agora é diferente. O operário sem qualificação, produtor de trabalho simples, continua sendo compelido a vender sua força de trabalho. O agente inovador, por sua vez, vai se apropriar de quantidades muito variáveis de poder de compra, de acordo com a sua capacidade de convencer seus patrões, seus parceiros, ou ainda seus clientes, de que seu trabalho é de qualidade particularmente boa (o que pode ou não ocorrer de fato), quer dizer, no caso em que for comprado pelo capital, que é especialmente capaz de gerar superlucros. Sua remuneração será parte desse superlucro, e de natureza semelhante à da renda diferencial, como apontado na citação acima de HADDAD (1996), e em nada depende da exploração de trabalho simples, embora possa eventualmente se ampliar pela cooperação com outros agentes inovadores. Já a apropriação de poder de compra por parte do capital depende muito pouco da expropriação do trabalho assalariado e muito mais das rendas geradas enquanto superlucro.

Observações conclusivas

Embora este trabalho seja muito parcial e deixe de abordar diversos outros traços fundamentais da sociedade contemporânea, como por exemplo a questão da financeirização da riqueza (Braga, 1993) creio que os pontos levantados permitem certas conclusões. A principal delas não é nada animadora: a inserção social dos agentes inovadores é tal, que eles simplesmente prescindem do trabalho não qualificado. O capital, por outro lado, também depende cada vez menos deste e cada vez mais dos agentes inovadores. Isso significa que a exploração dos proletários aparentemente dá lugar à sua exclusão, enquanto mecanismo de apropriação de riqueza.

Espero ter deixado claro algumas das razões por que considero que as características da economia já não correspondem às categorias propostas por Marx, para a análise do capitalismo. Por conseguinte, acredito que caminhamos, de fato para uma nova sociedade, baseada em outras relações de produção e em outras forças produtivas, diferentes das que fundaram a capitalista. Embora o capital ainda domine a produção, a relação entre capital e trabalho assalariado deixa de ser central. Certamente não chegamos ao socialismo, nem lá chegaremos por essa via, dado o grau de negação do trabalho atingido. A alternativa é a barbárie? É possível, se não for encontrado um caminho de reinserção dos excluídos. Mas espero que, ao reconhecermos a importância dessas transformações e ao buscarmos compreendê-las melhor, sejamos capazes de encontrar outras alternativas.

⁸ Como diz GIANNOTTI (1990, p. 59) "Quando os trabalhos se tornam necessariamente heterogêneos, quando a velocidade do progresso tecnológico abre o espaço para uma gama de técnicas alternativas, constitui-se uma estrutura de rivalidades e de lutas completamente diversa daquela que rege a exploração do trabalho homogêneo."

Referências Bibliográficas

- BRAGA, José Carlos. A financeirização da riqueza. *Economia e Sociedade*, n. 2, p. 25-57, ago. 1993.
- BRUNNHOF, Suzanne de. *A moeda em Marx*. São Paulo : Paz e Terra, 1978.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo : Xamã, 1996.
- COLETTI, Luciano. Introdução. *El marxismo y el "derrumbe" del capitalismo*. México : 1978.
- DUNNING, John (1997). *Alliance capitalism and global business*. Londres : Routledge, 1997.
- FAUSTO, Ruy (1987). *Marx : lógica e política*. Tomo II. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- _____. A pós-grande indústria, nos *Grundrisse* e para além deles. *Lua Nova*, n. 19, nov. 1989.
- GIANNOTTI, José A. A sociabilidade travada. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 28, p.50-66, out. 1990.
- HADDAD, Fernando. *De Marx a Habermas: o materialismo histórico e seu paradigma adequado*. 1996. Tese (Doutorado) Departamento de Filosofia da USP, 1996.
- MARX, Karl. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa : Estampa, 1974.
- _____. *O capital*, livro I. 2. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1971.
- _____. *O capital*, livro III. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1974.
- _____. *Grundrisse*. Londres : Penguin, 1980.
- NELSON, Richard, ROMER, Paul. Science, economic growth and public policy. *Challenge*, p. 9-21, Mars./apr. 1996.
- REICH, R. *The work of nations*. N. Iorque : Vintage Books, 1991.
- ROSDOLSKY, Roman. *Génesis y estructura de El Capital de Marx*. México, DC : Siglo XXI, 1978.
- TEECE, David, PISANO, Gary (1994). The dynamic capabilities of firms: an introduction. *Industrial and corporate change*, v. 3, n. 3, p.537-556, 1994.